NO. PROCESSO: 2019.7.000372-4

SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR

Data Cadastro: 25/01/2019

CLASSE CORREICAD VIRTUAL

RELAT ....

Partes / REQUERENTE - CORREGEDORIA DE JUSTICA DAS COMAF

ENVOLVIDO - COMARCA DE ACARA

Comarca: Acará.

Unidade Judiciária: Vara Única da Comarca de Acará.

Magistrado: Wilson Corrêa de Souza.

CORREIÇÃO

Diretora de Secretaria: Erivaldo Valente Queiroz.

### ANÁLISE DAS RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE CONTROLE

#### 1. SECRETARIA

**1.1** A secretaria faz uso do módulo de tramitação interna no sistema de acompanhamento processual, de forma a facilitar sua localização?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se, em todos os processos analisados, que a unidade judiciária vem fazendo uso do módulo de tramitação interna no referido sistema.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

**1.2** Existem processos pendentes de <u>recebimento de tramitação externa</u>, no sistema LIBRA?

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Exceto aqueles que estão de fato fora da secretaria.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se, em todos os processos analisados, que a unidade judiciária vem sistematicamente fazendo uso do módulo de tramitação externa, tentando, desta forma, manter em dia o recebimento daquela.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

1.3 É observado o <u>andamento prioritário dos processos</u> e procedimentos de natureza urgente (réus presos, adolescentes infratores, idosos, etc.)?



Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

**Avaliação da questão pela CJCI**: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária vem promovendo o andamento prioritário de todos os processos de natureza urgente analisados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

**1.4** As <u>informações de qualificação das partes</u> são inseridas, complementadas e atualizadas no sistema?

Resposta da UJ: Sim.

**Complementação**: Anteriormente, a distribuição não observava a inserção dos dados completos das partes, o que já vem sendo observado atualmente.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária vem mantendo atualizadas as informações de qualificação das partes nos processos analisados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

**1.5** No caso de processos de natureza penal, está sendo efetuado o <u>registro de</u> informações da filiação?

Resposta da UJ: Sim.

**Complementação**: Anteriormente, a distribuição não observava a inserção dos dados completos das partes, o que já vem sendo observado atualmente.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que em todos os processos de natureza penal analisados a unidade judiciária efetuou o registro das informações relativas à filiação das partes.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

2. AUDIÊNCIA



**2.1** Há o <u>registro do motivo de não realização de audiência</u>, no campo OBSERVAÇÃO, no sistema?

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se nos processos analisados que a unidade judiciária não vem procedendo ao registro do motivo da não realização de audiências no campo OBSERVAÇÃO.

Recomendações: O Gabinete deve cadastrar todas as audiências realizadas e utilizar o campo OBSERVAÇÃO, disponível no sistema Libra, para indicar o motivo da não realização das audiências, bem como de seus adiamentos ou redesignações, quando for o caso. Fica concedido o prazo de 30 (trinta) dias para a regularização do procedimento, a contar do recebimento da cópia do presente relatório.

2.2 Todas as <u>audiências são designadas</u>, <u>cadastradas e acompanhadas</u> no sistema pelo Gabinete/Secretaria, sendo observado o enquadramento dos tipos de audiência? Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se em todos os processos analisados que as audiências designadas pela unidade judiciária estão sendo cadastradas e acompanhadas, bem como está sendo observado o enquadramento daquelas de acordo com o tipo.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL



**3.1 -** <u>Todos os atos processuais são lançados no sistema</u>? (Ofícios, certidões, mandados, alvarás, etc.)?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se nos processos analisados que todos os atos processuais estão sendo lançados pela unidade judiciária.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3.2 - Os Mandados de Prisão, Alvarás de Soltura e as Guias de Execução (provisórias e definitivas) são cadastrados no sistema, com transmissão eletrônica? (Provimento Conjunto nº 009/2014 e 005/2015)?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que todos os documentos acima elencados encontramse cadastrados nos processos analisados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3.3 - Os eventos de prisão e soltura de réus, com suas respectivas datas, <u>são</u> cadastrados no sistema LIBRA?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

**Avaliação da questão pela CJCI:** Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que todas as prisões e solturas de réus nos processos analisados encontram-se devidamente cadastrados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3.4 - A <u>sentença criminal condenatória, transitada em julgado, é comunicada à Justiça</u>
Eleitoral?



Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Não foi constatada a ausência de comunicação de sentença condenatória criminal transitada em julgado à Justiça Eleitoral em nenhum dos processos analisados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3.5 - Os atos processuais ordinatórios são cadastrados no sistema?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

**Avaliação da questão pela CJCI:** Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que todos os atos ordinatórios praticados nos processos analisados encontram-se devidamente cadastrados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3.6 - Os <u>prazos para realização dos atos processuais são cumpridos</u> pela secretaria?
Resposta da UJ: Não.

Complementação: Em razão do reduzido quadro de servidores desta Comarca.

Avaliação da questão pela CJCI: Em alguns dos processos analisados, observouse grande lapso temporal para cumprimento dos atos processuais.

**Recomendações**: Deve o diretor de Secretaria, sob a supervisão do magistrado responsável pela Vara, buscar soluções que otimizem o serviço a ser desempenhado, de forma a cumprir os atos processuais nos prazos legais.

3.7 - Há processos de adolescentes infratores internados sem a guia de internação expedida (provisória ou definitiva)?

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Não houve complementação.



Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, não foram encontrados processos com adolescentes infratores internados sem a expedição da respectiva guia de internação pela unidade judiciária. Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

### 4. DEPÓSITOS JUDICIAIS

**4.1** - Os procedimentos de depósitos judiciais estão sendo realizados por meio do sistema informatizado de Depósito Judicial?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se nos processos analisados que a unidade judiciária utilizou o sistema informatizado de Depósito Judicial para os procedimentos respectivos.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

4.2 - Existem processos com depósitos judiciais há mais de três anos sem movimentação?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se a existência de diversas subcontas paralisadas há mais de três anos.

Recomendações: A unidade judiciária deve observar o disposto no art. 2º, § 2º, da Lei Estadual nº 6.750, de 19.05.2005, devendo, nesse sentido, regularizar as pendências existentes no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da cópia do presente relatório.



### 5. CARTAS PRECATÓRIAS

**5.1** - As <u>cartas precatórias expedidas são devidamente lançadas no sistema,</u> informando sobre o seu cumprimento e a indicação do juízo deprecado?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Anteriormente a Secretaria não exercia esse controle, o que já vem sendo observado atualmente, sendo as mesmas encaminhadas via malote digital.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que as cartas precatórias expedidas foram lançadas no sistema, contendo informações acerca de seu cumprimento, bem como a indicação do juízo deprecado.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

**5.2** - Existem <u>cartas precatórias recebidas e ainda não devolvidas</u>, com prazo excedido?

Resposta da UJ: Sim.

**Complementação**: Em razão de estarem aguardando manifestação, realização de audiência, etc.

**Avaliação da questão pela CJCI:** Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se a existência de cartas precatórias recebidas e ainda não devolvidas pela unidade judiciária. É o caso, por exemplo, dos processos nº 0000742-59.2010.8.14.0076, 0001112-81.2015.8.14.0076 e 0007888-29.2017.8.14.0076.

Recomendações: A unidade judiciária deve proceder ao imediato cumprimento e devolução das cartas precatórias recebidas, devendo regularizar todas as pendências nesse sentido existentes, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da cópia do presente relatório.



**5.3** - Existem processos com <u>Cartas Precatórias expedidas e ainda não devolvidas</u>, e cujas reiterações devam ser feitas?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, relativamente aos processos analisados por amostragem, não foi possível detectar cartas precatórias expedidas pela unidade judiciária e ainda não devolvidas.

Recomendações: A unidade judiciária deve utilizar uma ferramenta de controle dos prazos de devolução das cartas precatórias expedidas, visando ao bom andamento dos processos que dependam da realização de diligências no juízo deprecado, devendo adotar todas as providências nesse sentido necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da cópia do presente relatório.

**5.4** - A Secretaria está procedendo a entrega de <u>Mandados Judiciais</u>, <u>via módulo de</u> <u>Central de Mandados</u>, no sistema?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Passou-se a proceder à entrega dos Mandados através da Central de Mandados a partir de 02.10.2017, data em que este atual Diretor de Secretaria assumiu a mesma.

**Avaliação da questão pela CJCI:** Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária realiza a entrega de mandados judiciais via módulo de Central de Mandados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

**5.5** - Há controle de prazos, inclusive quanto ao tempo máximo de internação provisória, em processos de adolescentes infratores e também ao acolhimento institucional?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.



Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária realiza o controle do tempo máximo de internação provisória de adolescentes infratores, bem como de acolhimento institucional.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

**5.6** - Há <u>controle de prazos</u> para o cumprimento <u>de mandados</u> por parte dos Oficias de Justiça?

Resposta da UJ: Sim.

**Complementação**: Passou-se a ter a partir de 02.10.2017, haja vista que anteriormente não era observado por esta Secretaria.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária realiza o controle de prazo para o cumprimento de mandados judiciais por parte dos Oficiais de Justiça.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

#### 6. ARQUIVAMENTO

**6.1** - A secretaria busca a <u>priorização de arquivamento de processos,</u> tão logo eles estejam aptos e serem eliminados da contabilização ativa do acervo?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária busca priorizar o arquivamento de processos, assim que estejam aptos a serem eliminados da contabilização ativa de seu acervo.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.





6.2 - Existem <u>processos arquivados com apensos em situação diversa da do principal?</u>
(Processo "pai" e "filho").

Resposta da UJ: Sim.

**Complementação**: Anteriormente não se realizava este controle, o que vem sendo observado atualmente com a identificação dos processos nessa situação através de verificação física dos mesmos.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, foram detectados na unidade judiciária 04 (quatro) processos arquivados com apensos em situação diversa da do principal: 0001139-35.2011.8.14.0076, 0000383-60.2012.8.14.0076, 0002455-10.2018.8.14.0076, e 0000307-79.20098140076.

Recomendações: O diretor de Secretaria deve identificar os processos que se encontram arquivados no Sistema Libra e que contenham apensos em situação diversa da dos autos principais, e promover a respectiva baixa, a fim de se evitar que o número de processos cadastrados no sistema seja discrepante do número de processos físicos efetivamente em tramitação na unidade judiciária, o que afeta a respectiva taxa de congestionamento. Fica concedido o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da cópia do presente relatório, para a regularização da pendência.

### 7. PUBLICAÇÃO

7.1 - A <u>resenha para publicação é feita diariamente</u>, em observância às Resoluções nº 006/2005-GP e 014/2009?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em pesquisa realizada no Diário da Justiça eletrônico, por amostragem, verificou-se que a unidade judiciária procura fazer a resenha sempre que há material a ser publicado.



Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

### 8. GABINETE

**8.1** - Existem <u>processos pendentes de recebimento na Tramitação Externa,</u> no ambiente do sistema LIBRA?

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que nenhum dos processos analisados possui pendência de recebimento na tramitação externa.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

**8.2** - O cadastramento dos despachos, decisões e sentenças é efetuado no sistema pelo Gabinete?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que o cadastro dos despachos, decisões e sentenças é efetuado no sistema pelo gabinete do magistrado.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

#### 9. METAS 2018

9.1 - META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos.

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Não houve complementação.





Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se que unidade judiciária não vem cumprindo a Meta 01 do CNJ, haja vista que atualmente cumpriu apenas 74,94% da mesma.

**Recomendações**: A unidade judiciária deve envidar todos os esforços necessários a fim de dar cumprimento à Meta 01 do CNJ, e, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da cópia do presente relatório, informar a esta CJCI sobre as medidas adotadas e os resultados até então obtidos.

9.2 - META 2 – Julgar processos mais antigos (80% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no 1º grau). Excluir: 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014.

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se que unidade judiciária não vem cumprindo a Meta 02 do CNJ, haja vista que atualmente cumpriu apenas 84,20% da mesma.

Recomendações: A unidade judiciária deve envidar todos os esforços necessários a fim de dar cumprimento à Meta 02 do CNJ, e, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da cópia do presente relatório, informar a esta CJCI sobre as medidas adotadas e os resultados até então obtidos.

9.3 - META 4 — Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (80% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2015).

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se que unidade judiciária não vem cumprindo a Meta 04 do CNJ, haja vista que atualmente cumpriu apenas 63,11% da mesma.



Recomendações: A unidade judiciária deve envidar todos os esforços necessários a fim de dar cumprimento à Meta 04 do CNJ, e, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da cópia do presente relatório, informar a esta CJCI sobre as medidas adotadas e os resultados até então obtidos.

9.4 - META 6 - Priorizar o julgamento de 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 1º grau.

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se que unidade judiciária cumpriu a Meta 06 do CNJ, tendo alcançado a taxa de 120,37% da referida meta.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

### 10. REALIZAÇÃO DE CORREIÇÃO ANUAL

10.1 - É cumprido o art. 11 do Prov. 004/2001? (Realização de Correição Anual na UJ, pelo Juiz de Direito).

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao SAPCOR, verificou-se que a unidade judiciária não vem realizando Correição Anual Ordinária.

Recomendações: A unidade judiciária deve realizar anualmente Correição Ordinária, a teor do que dispõe o art. 11, do Provimento nº 004/2001-CJCI.

11. QUADRO FUNCIONAL



**11.1** - Quem são os colaboradores da Secretaria e do Gabinete? (<u>Anexar a lista do quadro funcional da UJ</u>).

Resposta da UJ: Lista Anexa.

Complementação: Relação do Quadro Funcional da Comarca de Acará:

#### SECRETARIA:

- 1- ERIVALDO VALENTE QUEIROZ Analista Judiciário Diretor de Secretaria;
- 2- ANA CRISTINA RAMOS DE CARVALHO DA SILVA Auxiliar Judiciário.

#### **GABINETE:**

1- CAMILA SILVA CAVALCANTE - Assessora de Juiz.

#### **OUTROS SETORES:**

- 1- JUSCELINO COSTA SILVA Oficial de Justiça Central de Mandados;
- 2- LUIZA AMÉLIA RIBEIRO GARCIA Oficial de Justiça Central de Mandados;
- 3- ANA MARIA FADUL DE SOUZA Chefe da UNAJ.

#### 12. SISTEMAS CNJ

12.1 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade e Inelegibilidade, verificou-se a existência de 04 (quatro) registros referentes à unidade judiciária.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.



**12.2** - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

**Avaliação da questão pela CJCI:** Em consulta ao sistema verificou-se a inexistência de pendências na alimentação de dados referentes aos anos de 2017 e 2018.

Unidade: Delegacia de Polícia do Município de Acará.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

**12.3** - Os dados do Sistema Nacional de Bens Apreendidos, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Anteriormente, a Secretaria não inseria os respectivos dados. Este atual diretor de Secretaria está realizando levantamento físico com a identificação dos processos, a fim de atualizar os referidos dados.

Avaliação da questão pela CJCI: Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Nacional de Bens Apreendidos, constata-se o registro de 43 bens cadastrados, sendo que o mais recente refere-se a um processo do ano de 2009, o que leva a crer que o referido sistema não vem sendo alimentado.

Resolução nº 63/2008, do CNJ, que dispõe, em seu art. 2º, que todos os bens apreendidos devem ser cadastrados no respectivo sistema, sendo obrigatória a indicação do valor estimado ou resultante de avaliação, em caso de bens imóveis, veículos automotores, aeronaves, embarcações e moedas em espécie. Fica concedido o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da cópia do presente relatório, para a regularização da pendência.

**12.4** - Os dados do Sistema Nacional de Controle de Interceptações, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Não.



Complementação: Anteriormente, a Secretaria não inseria os respectivos dados. Este atual diretor de Secretaria está realizando levantamento físico com a identificação dos processos, a fim de atualizar os referidos dados.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao sistema verificou-se pendências na alimentação de dados referentes aos meses janeiro a dezembro do ano de 2017, bem como aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho e outubro do ano de 2018.

Recomendações: A alimentação desse sistema é obrigatória, mesmo não havendo interceptação no mês em referência. Deve o magistrado fazer o cadastro no Sistema Nacional de Controle de Interceptações do CNJ, relativamente aos meses em que estiver em atuação na unidade judiciária (Resolução nº 089-CNJ).

**12.5** - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Adoção, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Não.

**Complementação**: Anteriormente, a Secretaria não inseria os respectivos dados. Este atual diretor de Secretaria está realizando levantamento físico com a identificação dos processos, a fim de atualizar os referidos dados.

**Avaliação da questão pela CJCI:** Não há crianças aptas à adoção, nem pretendentes habilitados à adoção cadastrados na Comarca de Acará.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

**12.6** - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Anteriormente, a Secretaria não inseria os respectivos dados. Este atual diretor de Secretaria está realizando levantamento físico com a identificação dos processos, a fim de atualizar os referidos dados.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao sistema, verificou-se a inexistência de registros de crianças acolhidas bem como de entidades acolhedoras.



Recomendações: O objetivo do CNCA é integrar, via web, todos os órgãos e entidades de proteção envolvidos com a medida protetiva de acolhimento. A inserção de dados é obrigatória no referido sistema, todas as vezes em que houver criança, entidade de acolhimento ou família acolhedora cadastrada na Comarca.

**12.7** - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Não se aplica.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Verificou-se que não há unidade de internação e semiliberdade na Comarca de Acará.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

Belém, 21 de janeiro de 2019

José Antônio Ferreira Cavalcante

Juiz Auxiliar da CJCI

Carlos Pinto da Silva Jr.

Servidor da CJCI

GONCLUSÃO
Nesta data faço estes autos conclusos ao Exmo (a) Sr. (a) Desembargador (a)
Corregedor (1) de Justiça das Comarcas do Interior.
Belances

Beieni(PA), 29 191 19